

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
– CAMPUS DE SANTO ÂNGELO - PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, EXTENSÃO E
PÓS-GRADUAÇÃO - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* -
DOUTORADO EM DIREITO**

LIANE MARLI SCHÄFER

**DIREITOS HUMANOS E RECONHECIMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
NA PERSPECTIVA INSTITUCIONAL DA PROMOÇÃO DE ACESSO ACADÊMICO:
UM ESTUDO DE CASO EM UNIVERSIDADES COMUNITÁRIA E PÚBLICA
FEDERAL NA REGIÃO DAS MISSÕES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
(BRASIL)**

SANTO ÂNGELO – RS

2022

LIANE MARLI SCHÄFER

**DIREITOS HUMANOS E RECONHECIMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
NA PERSPECTIVA INSTITUCIONAL DA PROMOÇÃO DE ACESSO ACADÊMICO:
UM ESTUDO DE CASO EM UNIVERSIDADES COMUNITÁRIA E PÚBLICA
FEDERAL NA REGIÃO DAS MISSÕES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
(BRASIL)**

Tese apresentada como quesito parcial à obtenção do grau de Doutor em Direito, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito – Mestrado e Doutorado, Linha de pesquisa: Direito e Multiculturalismo - da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus de Santo Ângelo.

Orientadora: Profa. Dra. Rosângela Angelin

Coorientadora: Profa. Dra. Rosane Maria Seibert

SANTO ÂNGELO – RS

2022

LIANE MARLI SCHÄFER

**DIREITOS HUMANOS E RECONHECIMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
NA PERSPECTIVA INSTITUCIONAL DA PROMOÇÃO DE ACESSO ACADÊMICO:
UM ESTUDO DE CASO EM UNIVERSIDADES COMUNITÁRIA E PÚBLICA
FEDERAL NA REGIÃO DAS MISSÕES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
(BRASIL)**

Tese apresentada como quesito parcial à obtenção do grau de Doutor em Direito, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito – Mestrado e Doutorado, Linha de pesquisa: Direito e Multiculturalismo - da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus de Santo Ângelo.
Santo Ângelo, 24 de agosto de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Rosângela Angelin
Orientadora – URI Campus Santo Ângelo

Prof. Dra. Rosane Maria Seibert
Coorientadora – URI Campus Santo Ângelo

Prof. Dra. Eliane Fontana
Membro externo – UNIVATES - Lajeado

Prof. Dr. Edemar Rotta
Membro externo - UFFS – Campus Cerro Largo

Prof. Dra. Berenice Beatriz Rossner Wbatuba
Membro interno - URI – Campus Santo Ângelo

Prof. Dr. Noli Bernardo Hahn
Membro interno - URI – Campus Santo Ângelo

AGRADECIMENTOS

À Deus, poder supremo, espiritualidade amiga, a qual a inspiração e guia agradeço profundamente. A elaboração de um trabalho acadêmico, intelectual e de reflexão, não se realiza através de um único indivíduo; o pesquisador-autor, instrumentaliza o resultado, porém, o percurso para esse propósito está repleto de muitas pessoas laboriosas e diligentes que expressam seu apoio.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) pela bolsa que permitiu o acesso a esta formação qualificada e diferenciada. Agradeço a orientadora, Professora Doutora Rosângela Angelin, que dedicou seu tempo e atenção com carinho e diligência, não medindo esforços, incentivo e apoio nos momentos mais desafiadores dessa jornada. A coorientadora, Professora Doutora Rosane Maria Seibert, muito obrigada pelo incentivo e gestos de apoio, motivação e confiança.

Agradeço profundamente aos meus filhos Letícia, Leandro e Letiane por entenderem a importância dos estudos e me acompanharem incondicionalmente nesta jornada. Agradeço a minha mãe Lodi e minha irmã Andréia pelo apoio e incentivo.

Agradeço as amigas Carina, Cideli, Débora, Grace, Kamila e Rossana pelas contribuições, conversas e prazerosas trocas de experiências, especialmente, sobre acessibilidade e inclusão de acadêmicos com deficiência no ensino superior.

Aos amigos Aracy e Carlos, agradeço de coração a atenção, carinho, preocupação e encorajamento para concluir essa importante jornada.

Aos colegas de doutorado Agnelo, Ana Paula, Bianca, Candice, Franciele, Marcos, Nelmo, Rafael e Rafaela agradeço pelos momentos de aprendizado e troca de experiências compartilhados durante esta trajetória, que todos alcancemos nossos objetivos.

Agradeço a Direção, Professores e Funcionários da URI Campus Santo Ângelo que prontamente despenderam seu tempo para participar deste estudo, compartilhando suas experiências e conhecimentos. Estendo os agradecimentos a todos os Professores, Coordenação e Funcionários do Doutorado em Direito que

atenciosamente compartilharam seus conhecimentos e sempre estiveram disponíveis a colaborar e atender as demandas dos alunos.

Agradeço a Direção, Professores e Funcionários da UFFS Campus Cerro Largo que, gentilmente, colaboraram para a realização da pesquisa de campo, compartilhando seus conhecimentos e experiências.

RESUMO

O acesso, a permanência e o êxito de pessoas com deficiência no meio acadêmico tem sido uma realidade recente e, reporta a desafios importantes dentro de um contexto de inclusão. Assim, comparando as atividades de duas Universidades localizadas na Região das Missões do Estado do Rio Grande do Sul (Brasil) – uma Comunitária e a outra Pública Federal - no período de 2015 aos dias atuais, a presente tese tem por objetivo a reflexão de como essas Universidades têm institucionalizado e gerenciado o reconhecimento da diversidade de acadêmicos com deficiências, diante da implementação de políticas de acesso, permanência e êxito, a luz das garantias positivadas pelos Direitos Humanos. Para a realização da pesquisa a tese comporta predominantemente uma forma complexa de raciocínio, que envolve um misto de modos de raciocínio como o hipotético-dedutivo e também indutivo. Tal metodologia conta com a utilização de recursos como o levantamento bibliográfico sobre o assunto e o estudo empírico em Universidade Comunitária e Universidade Pública Federal, envolvendo gestores e equipe de acessibilidade. A pesquisa demonstra que, ambas Universidades cumprem a legislação de inclusão de pessoas com deficiência, buscando acolhê-las no seio das Instituições, o que, reporta um desafio significativo para as gestões que se deparam com problemas de ordem de acesso, manutenção e êxito envolvendo esse público. Quanto a identificação das pessoas com deficiência, é perceptível que na Universidade Pública Federal a identificação é obrigatória e ocorre previamente, já na inscrição para o vestibular, fazendo parte da política de cotas. Na Universidade Comunitária depende do interesse do acadêmico em se auto identificar. Essas situações impactam na disponibilização do aparato institucional para realizar recebimento e acolhimento do acadêmico com deficiência. A adaptação das estruturas físicas e pedagógicas das Universidades tem ocorrido de forma a atender os ditames legais e necessidades de acessibilidade dos acadêmicos, porém, o maior desafio enfrentado, conforme os resultados da pesquisa empírica, se reflete na dificuldade de aceitação do diferente, na mudança cultural e atitudinal, quanto ao entendimento das capacidades, habilidades e qualidades individuais de cada um, independentemente das suas deficiências, situações que refletem diuturnamente no ambiente das Universidades.

Palavras-chave: Acessibilidade Institucional. Inclusão. Pessoa com Deficiência. Reconhecimento Identitário. Universidade.

ABSTRACT

The access, permanence and success of people with disabilities in the academic field has been a recent reality and presents important challenges within a context of inclusion. Thus, comparing the activities of two Universities located in the Missions Region of the State of Rio Grande do Sul (Brazil) - one Community and the other Federal Public - in the period from 2015 to the present, this thesis aims to reflect on how These Universities have institutionalized and managed the recognition of the diversity of academics with disabilities, in order to implement access, permanence and success policies, in light of the guarantees affirmed by Human Rights. To carry out the research, the thesis predominantly comprises a complex form of reasoning, which involves a mixture of modes of reasoning such as hypothetical-deductive and also inductive. This methodology is based on the use of resources such as the bibliographic survey on the subject and the empirical study in a community university and a federal public university, involving managers and accessibility team. The research shows that both Universities comply with the legislation for the inclusion of people with disabilities, seeking to welcome them within the Institutions, which reports an important challenge for the administrations that face problems of access, maintenance and success that involve this public. Regarding the identification of people with disabilities, it is highlighted that at the Federal Public University identification is mandatory and occurs previously, already in the registration for the entrance exam, as part of the quota policy. At Community College, it depends on the student's interest in self-identification. These situations impact the availability of the institutional apparatus to receive and welcome students with disabilities. The adequacy of the physical and pedagogical structures of the Universities has been given to meet the legal dictates and the accessibility needs of the academics, however, the greatest challenge faced, according to the results of the empirical research, is reflected in the difficulty of accept the different, in the cultural and attitudinal change, in terms of understanding the capabilities, skills and individual qualities of each one, regardless of their shortcomings, situations that are reflected daily in the environment of the Universities.

Keywords: Institutional Accessibility. Inclusion. Person with Disabilities. Identity Recognition. University.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Localização Geográfica da Região das Missões/RS.....	15
FIGURA 2: Localização das Universidades na Região das Missões/RS.....	15
FIGURA 3: Mapa da Região das Missões-RS.....	152

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Participantes do Questionário.....	23
QUADRO 2: Participantes da Entrevista.....	24
QUADRO 3: Estrutura Normativa Nacional Vigente sobre Pessoas com Deficiência	108
QUADRO 4: Legislações Pátrias voltadas para a Educação de Pessoas com Deficiência.....	115
QUADRO 5: Informações Preliminares dos Participantes da Pesquisa – Questionário.....	180
QUADRO 6: Questão Número 3 – ACESSO - Respostas Questionário Universidades.....	183
QUADRO 7: Questão Número 4 – PERMANÊNCIA - Respostas Questionário Universidades.....	190

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

a.C. - antes de Cristo

ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade

AEE - Atendimento Educacional Especializado

AMES – Associação Missioneira de Ensino Superior

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCR - Componente Curricular

CEP - Código de Endereçamento Postal

CF/1988 - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CONSUNI - Conselho Universitário

CORDE - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência

COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento

COVID - *Corona Virus Disease*

CRDH - Centro de Referência em Direitos Humanos

D.O.U. - Diário Oficial da União

DPI - *Disabled Peoples' International* (Internacional de Pessoas com Deficiência)

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FAPES - Fundação Alto Uruguai para a Pesquisa e o Ensino Superior

FENAPESTALOZZI - Federação Nacional de Associações Pestalozzi

FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos

FESAN - Fundo Educacional de Santiago

FESAU - Fundação de Ensino Superior do Alto Uruguai de Frederico Westphalen

FISA - Faculdades Integradas de Santo Ângelo

FUNDAMES - Fundação Missioneira de Ensino Superior

FUREGE - Fundação Regional de Ensino

FuRI – Fundação Regional Integrada

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICES - Instituições Comunitárias de Educação Superior

IES - Instituição de Ensino Superior

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados
LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais
MEC - Ministério da Educação
ONCB - Organização Nacional de Cegos do Brasil
ONGs - Organizações não Governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
PCD - Pessoa com Deficiência
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PET - Programa de Educação Tutorial
PNDH - Programa Nacional de Direitos Humanos
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPI - Projeto Pedagógico Institucional
PR – Paraná
PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PROUNI - Programa Universidade para Todos
RS- Rio Grande do Sul
SAE - Setor de Apoio Estudantil
SC - Santa Catarina
SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SESU - Secretaria de Educação Superior
SISU - Sistema de Seleção Unificada
UFFS - Universidade Federal Fronteira Sul
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
v.g. - *verbi gratia* (por exemplo)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Contextualização e fundamentação do tema da pesquisa.....	13
1.2 Delineamento do problema de Tese, hipóteses e objetivos.....	18
1.3 Roteiro metodológico da pesquisa.....	20
2 APONTAMENTOS SOBRE AS TEORIAS DO RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO E DA REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA COMO APORTES VOLTADOS PARA OS DIREITOS HUMANOS E A ALTERIDADE	28
2.1 Aspectos teóricos e conceituais sobre dignidade da pessoa humana, Direitos Humanos nos Estados de Direito e alteridade.....	28
2.2 Reconhecimento identitário como elemento presente na efetivação de Direitos Humanos.....	44
2.3 Contribuições da Teoria da Redistribuição de Renda para os Direitos Humanos.....	56
3 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUA INSERÇÃO NO ÂMBITO SOCIAL E JURÍDICO DO ESTADO CONTEMPORÂNEO	69
3.1 Aspectos voltados a categorização, inclusão/exclusão de pessoas com deficiência na sociedade.....	69
3.2 Aspectos sobre a trajetória histórica e social a nível internacional de pessoas com deficiência.....	85
3.3 A proteção de pessoas com deficiência no ordenamento jurídico brasileiro.....	101
4 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR	119
4.1 Aspectos da educação formal na perspectiva institucional.....	119
4.2 O acesso de pessoas com deficiência ao Ensino Superior.....	133
4.3 Avanços e limitações da inclusão de pessoas com deficiência nos espaços do ensino superior.....	142
5 ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIA E PÚBLICA FEDERAL COM CAMPUS NA REGIÃO DAS MISSÕES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO	151

SUL FRENTE AO RECONHECIMENTO E AOS DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO DE CASO	
5.1 Contextualização das Universidades envolvidas.....	152
5.1.1 Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI)....	153
5.1.2 Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS).....	161
5.2 Políticas institucionais de acesso e permanência de pessoas com deficiência nas Universidades comunitária e pública federal.....	169
5.3 Desafios e perspectivas institucionais da gestão frente ao reconhecimento e inclusão de pessoas com deficiência, sob o viés dos Direitos Humanos.....	177
5.3.1 Desafios e perspectivas institucionais identificados pelos resultados do questionário de pesquisa.....	179
5.3.2 Desafios e perspectivas institucionais identificados pelos resultados das entrevistas.....	208
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	260
REFERÊNCIAS	273
APÊNDICES	297

1 INTRODUÇÃO

A perspectiva da proteção dos Direitos Humanos desempenha importante papel nas sociedades. Muito empenho tem sido dedicado a este tema relevante e fundamental para a preservação dos direitos da pessoa humana em seu meio social. Assim, tem-se diversos grupos que se encontram em patamares mais fragilizados, quando se trata de efetivar tais direitos. Compreendendo essa perspectiva desenvolve-se o presente estudo no intuito de conhecer com maior profundidade a questão dos Direitos Humanos e do reconhecimento de pessoas com deficiência considerando a perspectiva institucional da promoção de acesso acadêmico, realizando estudo de caso em Universidades comunitária e pública federal na Região das Missões do Estado do Rio Grande do Sul (Brasil).

Inicialmente, em sede de introdução da Tese, se apresenta a contextualização e a fundamentação do tema da pesquisa. Em um segundo momento aborda-se o delineamento do problema da Tese, as hipóteses e os objetivos e, por fim, apresenta-se o roteiro metodológico da pesquisa, com o intuito de propiciar um melhor entendimento do estudo realizado.

1.1 Contextualização e fundamentação do tema da pesquisa

A *inclusão* de pessoas com deficiência tem sido objeto de grande repercussão no ambiente educacional, em especial, na educação superior, dado que essas pessoas historicamente foram relegadas a um plano periférico, atendendo a perspectiva hegemônica de segregação de tudo e todos que são *diferentes*, afastando, por muitas vezes, a possibilidade de inclusão dessas pessoas no seio social e, quiçá nos bancos acadêmicos. Esse paradigma passa por uma importante transformação quando entrou em vigor a Lei 13.146, de 06 de julho de 2015, que Instituiu a *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência* - Estatuto da Pessoa com Deficiência - que veio abarcar, consolidar e servir de base para as políticas e ordenamentos inclusivos de pessoas com deficiência no âmbito nacional, comportando, inclusive, a perspectiva educacional.

Nesse contexto de mudanças estruturais a educação nacional depara-se com os desafios de atender as propostas das políticas públicas de inclusão e oportunizar a esse *novo* público uma educação superior inclusiva e de qualidade, sem

preconceitos e, efetivamente, acessível, situação essa que perpassa os liames jurídicos e entra na seara da alteridade e da responsabilidade.

As Universidades, especialmente as comunitárias e as públicas federais, justamente por estarem mais focadas para um público que abrange, mais amplamente, a coletividade e, por terem suas missões voltadas para questões mais sociais, precisam estar atentas para não se fechar para o *outro* e para a diferença, como no caso das pessoas com deficiência. Fato é que, a própria legislação pátria, anunciada já pelo art. 205 e seguintes, da Constituição Federal de 1988, versa que a igualdade de acesso e permanência ao ensino abriga a todos e a todas, sem qualquer distinção. Assim, com o objetivo de salvaguardar os direitos assegurados e o atendimento ao dever de responsabilidade que o ensino universitário se propõe, é que a questão da inclusão deve ser pautada em atitudes proativas, embasadas no respeito à diferença e, primando pela assimilação do conhecimento que permita a inclusão no meio social e no mercado de trabalho, oportunizando a autonomia e realização das pessoas com deficiência, como pressuposto de sua cidadania.

Sob o delinear dessa perspectiva desenvolve-se a temática objeto do estudo, voltada a percepção do respeito aos Direitos Humanos e do reconhecimento das pessoas com deficiência na esfera institucional da promoção de acesso acadêmico, culminando em estudo de caso realizado em Universidades comunitária e pública federal localizada na Região das Missões do Estado do Rio Grande do Sul (Brasil), abrangendo o período a partir de 2015 até os dias atuais. A seguir são acostadas imagens (FIGURA 1 e 2) constando a localização geográfica, tanto da Região Missões do Estado do Rio Grande do Sul, objeto de estudo, quanto dos municípios de Santo Ângelo e Cerro Largo, onde se encontram localizadas as Universidades.

As Universidades estudadas se distanciam aproximadamente 61 quilômetros uma da outra, sendo que a Universidade Federal Fronteira Sul – Campus Cerro Largo, com aproximadamente 1200 acadêmicos¹, situa-se no município de Cerro Largo/RS, que contava, em 2021, segundo IBGE, com uma população estimada de 14.243 pessoas (IBGE, 2021a). Já, a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Campus Santo Ângelo/RS, conta com aproximadamente 2000 acadêmicos²; situando-se no município de Santo Ângelo/RS, que comportava em 2021, segundo IBGE, uma população estimada de 77.544 pessoas (IBGE, 2021b). Ambas Universidades, como visto na Figura 2, são localizadas na Região das Missões, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

As Universidades encontram-se sob o manto do atendimento à lei e devem pautar sua atuação em ações de comprometimento e mudança na vida das pessoas que vivem em sociedade. Essa mudança ocorre por várias formas, entre elas, por meio da efetividade da inclusão de pessoas com deficiência não só no espaço acadêmico, mas também na sociedade, para que elas sejam reconhecidas como seres humanos capazes - dentro de suas limitações - e valorizados pelos seus conhecimentos, em especial, aqueles auferidos nas cátedras universitárias, proporcionando-lhes também a inserção no mercado de trabalho, mediante as condições específicas de cada pessoa, o que poderá gerar sua independência econômico-financeira e, ao mesmo tempo, a conquista do *status* de igualdade perante a diferença.

Por isso, torna-se fundamental uma abordagem acadêmica em que o elemento humano seja o central, a fim de que as pessoas sejam tratadas com dignidade, respeitando-se as diferenças e valorizando as suas individualidades e capacidades, bem como permitindo a inserção e o reconhecimento de todos na sociedade, suprimindo-se os pré-conceitos e valorizando o tempo e o espaço de cada um. Ocorre que, apesar de todos esses intuitos e da legislação vigente, as Universidades enfrentam desafios institucionais de viabilização desse processo inclusivo, poucas vezes debatido com mais profundidade. Diante disso, se torna importante analisar a abrangência dessa atuação e interesse das Universidades para a vida pós-formatura,

¹ Dado fornecido, conforme resposta da entrevista realizada na pesquisa de campo com o Entrevistado 3.

² Informação conforme Secretaria Acadêmica da URI Campus Santo Ângelo, considerando a média aproximada de alunos no ano de 2021.

quando o acadêmico com deficiência for buscar o mercado de trabalho, questões essas que serão debatidas no decorrer do texto da Tese de Doutorado, em questão.

Ao tecer essas considerações vislumbra-se que o Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus Santo Ângelo/RS, especialmente, em sua linha de pesquisa 1 - Direito e Multiculturalismo, prover-se-á, a partir desta Tese, de importantes subsídios de estudo e pesquisa para fundamentar discussões que envolvam não apenas questões de valorização e reconhecimento das diferenças identitárias e sociais, mas, também, trará contribuições no sentido de identificar as fragilidades institucionais voltadas para a efetivação dos ordenamentos legais que versam sobre a alteridade e a inclusão, nesse caso, de pessoas com deficiência nos espaços sociais.

Junto a isso, importante fator a ser considerado é a motivação da pesquisadora da tese ao investigar a temática proposta, visto que ao passar a integrar o Núcleo de Acessibilidade de uma Universidade Comunitária - trabalhando com uma equipe multidisciplinar -, sentiu-se provocada a confrontar a realidade que se apresentava diuturnamente no espaço universitário, a partir da perspectiva da gestão institucional, observando que se encontram muitos desafios para a efetiva implementação da inclusão de pessoas com deficiência, com reflexos diretos no querer e no poder da pessoa com deficiência e todo o aparato social que a envolve.

Presentes as considerações tecidas, esse trabalho acadêmico encontra-se comprometido com um grupo vulnerável, a partir da reflexão da inclusão de um local responsável pela viabilização da inclusão de pessoas com deficiência em espaços acadêmicos. Em que pese a abordagem elaborada possuir caráter inédito na esfera do direito brasileiro³ – analisando a inclusão de pessoas com deficiência em duas Universidades, uma de caráter comunitário e outra de caráter público federal-, o intuito da tese é vislumbrar, além do respeito a seus direitos e identidades, a possibilidade

³ A abordagem do ineditismo foi verificada por meio de pesquisa junto ao banco de teses da CAPES - <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> em 14/09/2019, como parâmetros de refinamento de pesquisa Tipo: Doutorado, Ano: 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, Área de Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas, Área de conhecimento: Direito, utilizando os termos "Universidades comunitárias e públicas federais e inclusão de pessoas com deficiência", "Direitos Humanos e reconhecimento de pessoas com deficiência na perspectiva institucional", "perspectiva institucional da promoção de acesso no ensino superior de pessoas com deficiência", perspectiva institucional da promoção de acesso no ensino superior de pessoas com deficiência + Universidade Comunitária, não sendo encontrada nenhuma correspondência às pesquisas realizadas.

dessas pessoas conquistarem um **lugar ao sol**⁴, tanto na sociedade como no mercado de trabalho, mitigando concepções que se encontram cada vez mais relegadas a um contexto histórico e, ao mesmo tempo, buscando o respeito e o reconhecimento das subjetividades e capacidades de cada um, motivo pelo qual muitas barreiras precisam ser superadas e novas perspectivas jurídico culturais merecem ser externalizadas.

Assim sendo, na sequência da introdução da tese, a próxima seção apresenta o delineamento do problema de Tese, bem como a hipótese levantada e o objetivo da pesquisa.

1.2 Delineamento do problema de Tese, hipóteses e objetivos

O Ensino Superior tem como premissa contribuir individual e coletivamente com a construção do conhecimento e aprimoramento profissional. Outrora segregados da sociedade, as pessoas com deficiência têm conquistado, recentemente, espaços na educação superior, ensejando uma reflexão pontual acerca da efetividade do acesso, do convívio e socialização, acolhida, bem como da permanência e qualidade de ensino, que deve ser inclusiva e necessita de várias adaptações institucionais.

Comparando as atividades de duas Universidades localizadas na Região das Missões do Estado do Rio Grande do Sul (Brasil) – uma Comunitária e a outra Pública Federal, no período de 2015 aos dias atuais, o problema de estudo da presente tese está envolto na seguinte questão: como as Universidades têm institucionalizado e gerenciado o reconhecimento da diversidade de acadêmicos com deficiências, diante da implementação de políticas de acesso, permanência e êxito, a luz das garantias positivadas pelos Direitos Humanos?

Ao observar as legislações e políticas institucionais de acesso, manutenção e êxito voltadas para as pessoas com deficiência das Universidades Comunitária e Federal na Região das Missões do Estado do Rio Grande do Sul, a título de hipótese condutora da tese, percebe-se que a institucionalização do acesso e reconhecimento da diversidade de acadêmicos com deficiência, busca seguir a legislação pátria, respeitando plenamente as garantias dos Direitos Humanos. Em se comparando a Universidade Comunitária e a Pública Federal nos aspectos do acesso, percebe-se

⁴ A expressão **um lugar ao sol** é utilizada no texto com o sentido de ser reconhecido pelo seu talento, qualidades e qualificações, conquistar um bom emprego e status social.

que os da Universidade Pública Federal possuem um acompanhamento institucional mais avançado com relação a estas questões, em detrimento da Universidade Comunitária. Quanto ao êxito buscado e alcançado dentro do aspecto de formação profissional dos acadêmicos com deficiência para o mercado de trabalho, ambas as Universidades buscam proporcionar ensino de qualidade, dentro do possível, porém, com dificuldades peculiares a nível de gestão das Universidades, bem como de caráter legislativo.

A partir do acima exposto, a preocupação primária das gestões das Universidades envolve garantir o acesso e manutenção de pessoas com deficiência dentro delas, mas elas não possuem uma atenção específica para o êxito desses profissionais após saírem dos bancos acadêmicos, o que, de certa forma, não contribui para a efetivação plena dos Direitos Humanos das pessoas com deficiência, indicando que é preciso que se criem ações na gestão e, ao mesmo tempo, legislações voltadas também para essa perspectiva. Ademais, a dificuldade das gestões universitárias também encontra guarida na brevidade da lei, quanto ao enquadramento dos mais diversos tipos de deficiências e, ainda, diante da identificação dos seus discentes, quando esses não se declaram como pessoas com deficiência, muitas vezes impossibilitando o alcance do atendimento inclusivo disponibilizado pelas Universidades.

Considerando a problemática identificada e as hipóteses levantadas como indicativos de pesquisa para adentrar na análise aprofundada da questão, desenvolve-se o estudo sob o objetivo geral que perpassa a reflexão de como as Universidades têm institucionalizado e gerenciado o reconhecimento da diversidade de acadêmicos com deficiências, diante da implementação de políticas de acesso, permanência e êxito, a luz das garantias positivadas pelos Direitos Humanos, delineamento este que é abordado mais especificamente a partir da contextualização sobre as Teorias do Reconhecimento de Axel Honneth, Nancy Fraser e Charles Taylor, sob a perspectiva da dignidade da pessoa humana com enfoque na alteridade, que servirão de base para a compreensão das questões envolvendo as pessoas com deficiência nos espaços universitários e sociais, no que tange ao reconhecimento identitário e à redistribuição de renda. Em seguida, tem-se a análise do contexto das pessoas com deficiência na perspectiva de indivíduos, primando por demonstrar cenários de vivências dessas pessoas, bem como a diversidade de suas deficiências sob o aspecto normativo internacional e nacional; seguindo-se com a verificação de

como as pessoas com deficiência têm garantido o direito humano de acesso à educação, em especial, ao Ensino Superior. Nesse contexto, são analisadas as demandas abordadas por movimentos sociais e da compreensão dos avanços e limites dessa “integração”, por parte dos atores e atrizes desse espaço social. E, por fim, busca-se demonstrar e comparar a partir de uma investigação empírica nas Universidades em estudo, como as políticas de acesso, permanência e êxito de acadêmicos com deficiência à luz das garantias positivadas dos Direitos Humanos têm sido institucionalizadas, implementadas e geridas.

Realizada a apresentação do problema de tese, hipótese e objetivos da pesquisa, a introdução ocupa-se, na sequência, com a demonstração do caminho metodológico adotado pela pesquisa.

1.3 Roteiro metodológico da pesquisa

Uma pesquisa para ser desenvolvida pressupõe a necessidade de se traçar um *caminho metodológico* que indica quais as direções a serem tomadas. Nesse contexto, são apresentados, a seguir, os principais caminhos metodológicos percorridos para alcançar os objetivos da pesquisa.

Como *modo de raciocínio* no âmbito do Direito - considerado como uma ciência jurídica e social aplicada -, cabe aos estudos em questão, atentar para o sentido da linguagem. Assim, diante da dificuldade de definição de uma verdade essencial é preciso buscar tal verdade por meio de uma análise das realidades que se mostram presentes na esfera jurídica, referente ao caso estudado, o qual faz parte do objeto de estudo desta tese.

A Tese comporta predominantemente uma forma complexa de raciocínio, considerando que envolve um misto de modos de raciocínio como o hipotético-dedutivo, uma vez que, partindo-se de hipóteses formuladas realiza-se o exame de casos concretos, com objetivo de verificar as condições da verdade geral, observando realidades particulares. Tal metodologia conta com a utilização de recursos como o levantamento bibliográfico sobre o assunto e o estudo empírico nas Universidades.

A realização de uma análise crítica torna possível a constatação da realidade das hipóteses levantadas, considerando os ensinamentos de Karl Popper, Lakatos e Marconi (2019, p. 63) que destacam a importância do método hipotético-dedutivo, e do critério da falseabilidade. Eles defendem o valor do conhecimento racional; assim,

as teorias devem corresponder à realidade, bem como a possibilidade de, inclusive, se refutar durante a pesquisa, alguma hipótese apresentada (teoria da falseabilidade).

Na estrutura interna da pesquisa, se busca elaborar conclusões no sentido de atingir os objetivos propostos, constituindo-se o trabalho por um misto dos métodos hipotético-dedutivo – predominante -, mas também, adota-se o método indutivo, uma vez que elaborados os questionamentos norteadores nas técnicas de pesquisa aplicadas na pesquisa de campo, esses buscam entrelaçar as verdades gerais abordadas pelo levantamento bibliográfico sobre a temática que envolve vários elementos *gerais* como: a construção histórica e realidade factível dos Direitos Humanos; a construção do conhecimento sobre reconhecimento identitário das pessoas com deficiência; as Universidades de cunho comunitário e as de cunho público federal e inclusão de pessoas com deficiência, bem como a avaliação dos aspectos institucionalizados pelas Universidades comunitária e federal, para atendimento das políticas públicas de inclusão.

Quanto ao *método de procedimento* de uma pesquisa científica, lecionam Lívio Osvaldo Arenhart, Amabilia Beatriz Portela Arenhart e Noli Bernardo Hahn (2019), que os métodos de procedimento constituem a parte prática instrumental do método. Ao se escrever sobre método de procedimento, aborda-se as formas de congregar e ordenar dados e informações, voltados a produzir conhecimentos, podendo ser esses qualitativos, quantitativos e mistos. Com aporte nessa asserção, a Tese denota como método de procedimento o misto, envolvendo as análises qualitativas frente a casos concretos sobre a temática proposta e, por conseguinte, o enfrentamento desses, a partir de dados levantados por outras fontes.

A pesquisa quantitativa dessa tese ocupa-se de uma série de levantamentos de dados, a partir de diversas fontes, em especial, bibliográficos e dados disponibilizados pelas Universidades envolvidas. Maria Cecília Minayo (2012) fundamenta esse método de procedimento anunciando que a pesquisa qualitativa labora com elementos da subjetividade humana, examina os símbolos e os significados desses. Ambas as formas de pesquisa não são incompatíveis, mas sim, oposicionalmente complementares; tornando possível a realização do enfrentamento de dados bibliográficos com realidades, símbolos e significados de experiências empíricas e estudos de casos. No que tange a partição quantitativa, a tese busca acompanhar aspectos da produção bibliográfica referente ao tema, como também o uso de dados numéricos levantados na pesquisa de campo, legislação e políticas

públicas que corroborem para com a tese. Com ênfase em obras e clássicos do tema jurídico-social, da análise de dados qualitativos e quantitativos em uma perspectiva multidisciplinar, se busca uma visão crítica das temáticas apontadas nesta tese.

A pesquisa de campo realizada para os estudos da presente tese consiste na aplicação de questionários, bem como na realização de entrevistas direcionadas a um grupo seletivo de representantes das Universidades de caráter comunitário e público federal, sobre o objeto da problematização desta pesquisa. Assim, foram aplicados questionários com questões estruturadas e entrevistas com questões semiestruturadas, direcionadas aos responsáveis pelas atividades de acesso e permanência de estudantes com deficiência nas Universidades, buscando identificar o entendimento e aplicação do ordenamento legal e das políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiência e demais procedimentos de cunho inclusivo.

A pesquisa empírica foi realizada exclusivamente em duas Universidades, ou seja, uma comunitária e uma pública federal, com campus na Região das Missões do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil, em razão de se buscar identificar as diferentes realidades vivenciadas por acadêmicos com deficiência nos espaços acadêmicos, geograficamente localizados na mesma região e em Universidades que não fossem de caráter particular.

O desenvolvimento da tese, no que tange às *técnicas de pesquisa*, adota fontes bibliográficas diretas e indiretas para fundamentar a problemática levantada. Os dados, para as análises são angariados em documentos jurídicos, tanto legislações internacionais, normas constitucionais e também infraconstitucionais que tenham pertinência com o tema pesquisado; ademais são utilizadas obras bibliográficas e documentos relacionados à questão do acesso e permanência no Ensino Superior das pessoas com deficiência.

Seguindo os trâmites exigidos pelas Universidades envolvidas, por adotar também a técnica de pesquisa empírica, o Projeto de Tese contendo a pesquisa de campo foi submetido aos Comitês de Ética em Pesquisa da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) Campus Santo Ângelo/RS e da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS) Campus Cerro Largo/RS, sendo aprovado em ambos, sob os pareceres números 4.670.821 e 4.779.311, respectivamente.

Neste contexto, conforme APÊNDICE A, foram aplicados questionários com perguntas estruturadas fechadas e uma pergunta aberta livre, aos participantes das Universidades pesquisadas, compreendendo a equipe diretiva e membros do Núcleo

de Acessibilidade, totalizando 16 respondentes dos questionários. Na URI, Campus Santo Ângelo participaram do questionário 3 (três) membros da direção e 7 (sete) membros do Núcleo de Acessibilidade, enquanto que, na UFFS Campus Cerro Largo, participaram 3 (três) membros da Direção e 3 (três) membros do Setor de Acessibilidade, conforme se depreende do Quadro 1.

QUADRO 1: Participantes do Questionário

IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE NA TESE	INSTITUIÇÃO	CARGO
PARTICIPANTE URI 1	URI Campus Santo Ângelo	Representante Setor de Recursos Humanos
PARTICIPANTE URI 2	URI Campus Santo Ângelo	Técnico Administrativo – Pessoa com Deficiência
PARTICIPANTE URI 3	URI Campus Santo Ângelo	Psicóloga
PARTICIPANTE URI 4	URI Campus Santo Ângelo	Diretor Acadêmico
PARTICIPANTE URI 5	URI Campus Santo Ângelo	Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade
PARTICIPANTE URI 6	URI Campus Santo Ângelo	Interprete de LIBRAS
PARTICIPANTE URI 7	URI Campus Santo Ângelo	Representante Núcleo de Tecnologia de Informação
PARTICIPANTE URI 8	URI Campus Santo Ângelo	Diretor Geral
PARTICIPANTE URI 9	URI Campus Santo Ângelo	Pedagoga - AEE
PARTICIPANTE URI 10	URI Campus Santo Ângelo	Diretora Administrativa
PARTICIPANTE UFFS 1	UFFS Campus Cerro Largo	Coordenadora do Setor de Acessibilidade
PARTICIPANTE UFFS 2	UFFS Campus Cerro Largo	Coordenador Acadêmico
PARTICIPANTE UFFS 3	UFFS Campus Cerro Largo	Coordenadora Administrativa
PARTICIPANTE UFFS 4	UFFS Campus Cerro Largo	Diretor Geral
PARTICIPANTE UFFS 5	UFFS Campus Cerro Largo	Pedagoga
PARTICIPANTE UFFS 6	UFFS Campus Cerro Largo	Intérprete de LIBRAS

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

No que tange às entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE B), propôs-se a realização das mesmas com quatro participantes de cada uma das Universidades estudadas, ou seja, dois ligados a gestão da Universidade e dois ligados diretamente a aplicabilidade prática dos ditames legais de inclusão e acessibilidade de pessoas

com deficiência nos espaços acadêmicos e os devidos acompanhamentos. Nesse sentido, o Quadro 2 apresenta os participantes da pesquisa de campo que envolve as entrevistas semiestruturadas, devidamente nomeados para identificação no decorrer da tese:

QUADRO 2: Participantes da Entrevista

IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE NA TESE	INSTITUIÇÃO	CARGO
ENTREVISTADO 1	UFFS Campus Cerro Largo	Coordenadora Administrativa
ENTREVISTADO 2	UFFS Campus Cerro Largo	Pedagoga
ENTREVISTADO 3	UFFS Campus Cerro Largo	Coordenador Acadêmico
ENTREVISTADO 4	UFFS Campus Cerro Largo	Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade
ENTREVISTADO 5	URI Campus Santo Ângelo	Diretora Administrativa
ENTREVISTADO 6	URI Campus Santo Ângelo	Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade
ENTREVISTADO 7	URI Campus Santo Ângelo	Pedagoga - Educadora Especial
ENTREVISTADO 8	URI Campus Santo Ângelo	Diretor Acadêmico

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Mediante o critério de que os participantes atendessem as especificações de cargos, acima descritas, esses foram identificados para fins de convite para participar da pesquisa, mediante e-mail encaminhado para a Direção da Unidade em estudo, mais especificamente, da Universidade Pública Federal (UFFS), Campus Cerro Largo, onde solicitou-se a identificação dos membros da equipe diretiva e dos participantes das atividades vinculadas à acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência, solicitando seu e-mail e contato telefônico para enviar o convite de participação da pesquisa e proceder tratativas de agendamento e realização da entrevista individual. Neste momento foram identificados quatro participantes, sendo dois da equipe diretiva e dois do Núcleo de Acessibilidade. No que tange a Universidade Comunitária (URI), Campus Santo Ângelo, o contato foi realizado por telefone e e-mail dos participantes, convidando-os para participarem dos dois momentos da pesquisa, sendo aqui identificados para a entrevista dois membros da equipe diretiva e dois membros do Núcleo de Acessibilidade.

As entrevistas e os questionários⁵ realizados com os participantes objetivaram observar como as políticas de acesso, permanência e êxito de acadêmicos com deficiência à luz das garantias positivadas dos Direitos Humanos tem sido institucionalizadas, implementadas e geridas. Foram utilizadas perguntas com respostas baseadas na escala Likert nos questionários, visando medir posturas e opiniões com um nível maior de nuance que uma simples pergunta de "sim" ou "não", bem como resposta(s) aberta(s) onde é dada ao entrevistado/respondente a liberdade para explicar, descrever e opinar sobre seu questionamento, de forma ampla e pessoal considerando suas experiências e percepções da realidade estudada.

A realização da coleta de dados⁶ do questionário estruturado realizou-se mediante o envio de formulário pela funcionalidade *Google Formulários*, com encaminhamento de convite pelo e-mail ou envio de link para o telefone/WhatsApp do participante para acessar e responder as questões. Quanto às entrevistas semiestruturadas, se contatou o participante por meio de e-mail ou telefone/WhatsApp para agendamento pessoal, com definição de data e horário de entrevista. Considerando a condição de pandemia do COVID19⁷ as entrevistas foram realizadas e gravadas⁸ pelo recurso tecnológico *Google Meet*, mediante envio do link de acesso à reunião/entrevista.

Tanto o encaminhamento, quanto a análise dos questionários estruturados, assim como a efetivação do agendamento, efetivação das entrevistas, transcrição e análises dos dados ficou a cargo da própria pesquisadora titular da pesquisa, a qual transcreve por meio de quadros e gráficos gerados com auxílio do aplicativo Microsoft Excel, bem como por meio de análises escritas interpretativas⁹.

No que tange a metodologia para a *análise de dados*, as informações coletadas a partir da aplicação dos questionários estruturados aos participantes são analisadas sob o enfoque comparativo, tanto quanto ao consenso ou dissenso das respostas dentro da esfera de cada Universidade. Num segundo momento é realizada a análise comparativa levando em consideração o todo de cada uma das Universidades

⁵ Termo de consentimento livre e esclarecido, vide APÊNDICE D.

⁶ Para realização da coleta de dados foi obtida autorização das universidades mediante declaração das Instituições Coparticipantes, vide APÊNDICE C.

⁷ Vide APÊNDICE F.

⁸ Vide APÊNDICE E.

⁹ Quanto a devolutiva dos resultados da pesquisa para as Universidades participantes, a mesma realizar-se-á mediante a entrega de via física da Tese. Ademais os dados coletados durante a pesquisa de campo serão armazenados por cinco anos, em drive externo, sendo eliminados após este período.

estudadas no intuito de observar os maiores desafios e as oportunidades de melhoria para a consumação da efetividade do acesso, permanência e êxito dos acadêmicos com deficiência, observados os ditames legais e o respeito aos Direitos Humanos.

Para a realização da análise e tratamento de material empírico e documental, a qual se refere ao conjunto de procedimentos utilizados para interpretar os dados levantados e articulá-los com as teorias apresentadas, esse método de procedimento foi dividido em três momentos: a) ordenação dos dados, b) classificação dos dados e c) análise propriamente dita dos dados. (MINAYO, 2012).

O *método de abordagem* consiste na prática da pesquisa que se fundamenta em uma ou outra abordagem epistemológica. (ARENHART; ARENHART e HAHN, 2019). Nessa seara a pesquisa adota o *método de abordagem epistemológica crítico-dialética*, bem como a *abordagem complexo-paradoxal*. A escolha desses métodos se dá pela concepção da totalidade. Assim, destaca-se que o objetivo geral da tese busca a identificação da efetividade prática das políticas de inclusão nas Universidades envolvidas em diferentes contextos espaciais, que são dotados de significados quando devidamente contextualizados.

Inicialmente, no primeiro capítulo da Tese, a abordagem utilizada na pesquisa, com maior evidência, é a *sócio analítica*. Isso, em razão de que o primeiro capítulo tratar da conjuntura jurídico-política que culminou na percepção do que hoje se entende como Direitos Humanos e reconhecimento identitário. No primeiro capítulo objetiva-se fazer uma sócio análise no sentido de apontar as perspectivas das Teorias do Reconhecimento identitário e de redistribuição de renda sob a perspectiva da dignidade humana das pessoas com deficiência nos espaços universitários.

Já no segundo capítulo, utiliza-se predominantemente a *abordagem hermenêutica*; porém, não se pode negar que há também a presença de uma *abordagem dialética* sobre a temática trabalhada. A abordagem hermenêutica implica em pensar no sentido e no significado, portanto, essa perspectiva pressupõe problematizar o sentido para o contexto histórico, social e cultural presente. Considerando o contexto das pessoas com deficiência na perspectiva identitária e jurídica, em âmbito internacional e nacional, busca-se demonstrar cenários de vivências dessas pessoas, bem como particularidades envolvidas e os movimentos sociais em busca de direitos pertinentes à inclusão.

No terceiro evento da Tese prevalece a abordagem *hermenêutica sociojurídica*, onde o assunto abordado envolve o acolhimento e a implementação das políticas de

inclusão nas Universidades comunitária e pública federal, bem como os reflexos da formação acadêmica na inserção no mercado de trabalho dos graduados com deficiência nas suas respectivas áreas de formação. Como a esfera jurídica no seu estado puro não é capaz de reproduzir por si só todos os efeitos do reconhecimento identitário, é necessária à sua interpretação em consonância com a coletividade que ele comporta, tornando possível trazer à tona a legitimidade - ou não -, das normas válidas no ordenamento jurídico e a temática proposta para a pesquisa.

No quarto e último capítulo da tese a abordagem essencialmente predominante será a *epistemológica crítico-dialética*, discorrendo-se sobre as tensões entre o trabalho de campo executado e a base teórica levantada, podendo se mostrar antagônicos em determinados momentos, refletir realidades conflitantes e plurais sobre experiências de vivência e o contexto teórico-prático.

Em que pese todas as considerações tecidas, o trabalho não pode se abster de contemplar uma *abordagem dialética*, bem como *complexa-paradoxal* na tentativa de estabelecer uma base para uma *práxis* efetiva das políticas públicas de inclusão das pessoas com deficiência, motivada pela autenticidade da lei, que assegura legitimidade dos seres humanos enquanto sujeitos sociais e passíveis de reconhecimento sem distinção ou exclusão pela comunidade em que se inserem.